

# CONFLITO SILENCIOSO: Análise Sobre a Guerra Civil Internacionalizada na República Centro Africana<sup>1</sup>

Maria Vitoria Resende Santos<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo pretende analisar e refletir sobre a guerra civil em curso na República Centro Africana (RCA), buscando enquadrá-la como uma guerra civil internacionalizada, a partir do momento em que são identificados vários tipos de intervenientes estrangeiros cujos interesses mesclam em uma concorrência regional e internacional influenciando o panorama político e de segurança do país e conseqüentemente do atual conflito. O artigo busca justificar tal posicionamento com base em pesquisa bibliográfica e de caráter qualitativo, apoiado em livros, relatórios, jornais e sites que abordam o conflito. Para tanto, amparado no argumento teórico de que atores externos prolongam as guerras civis e identificando na recente participação da Rússia na guerra um fator chave que confirma tal narrativa, conclui-se que a falta de visibilidade internacional para com essa guerra é encoberta pela exploração calada dos recursos naturais abundantes no país enquanto a RCA permanece como um dos países mais pobres e menos desenvolvidos do mundo.

**Palavras-Chaves:** Guerra Civil Internacionalizada. RCA. Rússia.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze and reflect on the ongoing civil war in the Central African Republic (CAR), seeking to frame it as an internationalized civil war, from the moment in which various types of foreign actors are identified whose interests merge into regional and international competition influencing the country's political and security panorama and consequently the current conflict. The article seeks to justify this position based on bibliographical and qualitative research, supported by books, reports, newspapers and websites that address the conflict. Therefore, supported by the theoretical argument that external actors prolong civil wars and identifying Russia's recent participation in the war as a key factor that confirms this narrative, it is concluded that the lack of international visibility regarding this war is covered by silent exploitation of the country's abundant natural resources while the CAR remains one of the poorest and least developed countries in the world.

**Keywords:** Internationalized Civil War. CAR. Russia.

## 1 INTRODUÇÃO E BREVE HISTÓRICO DO CONFLITO

A história política do continente africano é marcada por insurreições armadas, instabilidades políticas e agitações populares. Diversos países africanos passaram por guerras antes e/ou após suas independências, alguns envolvendo-se em longas guerras civis e outros em conflitos fronteiriços ou pelo controle de recursos naturais. A incessante realidade hostil

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como Trabalho de Conclusão de Curso como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação do Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes.

<sup>2</sup> Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia.

dos conflitos internos preconiza uma ligação entre a cessação dos conflitos, o fracasso ou ausência de ações internacionais e a ascensão de mercenários e forças de segurança privadas.

É nesse sentido que a guerra civil na República Centro Africana (RCA) toma lugar e se desenvolve como um dos conflitos mais ignorados do mundo, seja pelo seu isolamento geográfico ou pela extrema pobreza e subdesenvolvimento que o cerca. O atual conflito no coração da África se torna um importante caso para investigação das influências de forças estrangeiras no avanço e recuo dos combates internos, dado os interesses econômicos e de equilíbrio de poder. O papel dos atores externos se traduz em uma guerra que ultrapassa as fronteiras do país configurando em uma guerra civil internacionalizada.

A trajetória da RCA desde que conquistou sua independência da França em 1960 é caracterizada por diversos golpes militares adicionados a décadas de corrupções, violências, autoritarismos e instabilidades políticas. Com exceção da presidência de Faustin Touadéra (2016-atual), todos demais governantes da RCA alcançaram o poder ou foram derrubados por meio de golpe militar. David Dacko, o primeiro presidente após a independência foi deposto em 1966 por Jean-Bédél Bokassa, auto declarado Imperador do Império Centro-Africano, cujo regime foi marcado por corrupção e violações dos direitos humanos, sendo deposto por forças militares francesas e da RCA em 1979. De modo semelhante, as décadas subsequentes foram caracterizadas por uma série de golpes de Estado (Dacko em 1979; Kolingba em 1981; Patassé em 1993; Bozizé em 2003 e Djotodia em 2013) que abalaram ainda mais a frágil estrutura política do país (HRW, 2007; BRIOLLAIS, ROBLEH, TRYBA, 2023).

Considerado uma espécie de “Estado Fantasma”<sup>3</sup>, a incapacidade das instituições estatais em oferecer serviços sociais, econômicos e políticos para a população, a RCA é tida como o terceiro país mais pobre do mundo<sup>4</sup> e ocupa a 188ª posição entre 191 países no Índice de Desenvolvimento Humano de 2022. Essa conjuntura contrasta com a riqueza em recursos naturais como urânio, petróleo, ouro, diamantes e madeira, além de um grande potencial para produção de energia hidrelétrica. No entanto, tal riqueza é subexplorada por elites políticas, pela França e empreendedores estrangeiros, que por meio de contratos de concessões, tem as receitas das extrações destinadas apenas aos exploradores e nunca ao desenvolvimento do Estado e da sociedade. De um modo geral, a fraqueza administrativa, a economia em ruínas, o empobrecimento da população, e a desordem no aparato de segurança são problemas que

---

<sup>3</sup> Ao analisar a realidade da RCA em 2007, o International Crisis Group em seu relatório definiu o país como um “Estado Fantasma” ao verificar a ausência de forças de segurança estatais junto ao colapso das instituições do Estado (ICG, 2007).

<sup>4</sup> De acordo com o ranking estimado pelo Fundo Monetário Internacional em 2023, a lista de países mais pobres do mundo por PIB (Paridade do Poder de Compra) per capita classifica o Sudão do Sul em primeiro lugar no ranking com US\$515.75, seguido por Burundi (US\$891) e RCA (US\$1,130) (FORBES INDIA, 2023).

agravam a vulnerabilidade da RCA, tornando-a mais suscetível a insurgências e instabilidades na região da África Central (ABDENUR, KUELE, 2017; BOAS, 2014; KAM KAH, 2014).

Dessa forma, a localização da RCA é um dos fatores que instiga o acirramento dos conflitos, isto é, situada entre duas regiões e dois povos: ao norte o país se depara com o Sahel e suas comunidades pastorais e de comerciantes majoritariamente mulçumanos, e ao sul contornada por comunidades da savana, inicialmente de religiões tradicionais africanas, mas agora predominantemente cristãs. Ademais, a RCA é rodeada por vizinhos que são politicamente instáveis: Chade, Camarões, República do Congo, República Democrática do Congo (RDC), Sudão do Sul e Sudão. Esses países influenciam nas políticas e governanças da RCA, ao mesmo tempo em que afetam internamente as já existentes crises políticas com seus conflitos externos, ou seja, através de grupos rebeldes e forças militares de países vizinhos que usam as áreas rurais mais remotas como bases de retaguarda ou para operações militares. Tal situação alimenta a instabilidade na RCA seja com o fluxo de armas ilegais ou com o fluxo de refugiados (ICG, 2015; HRW, 2007).

Figura 1: Mapa Político da República Centro Africana



Fonte: UN Geospatial (2020)

Por outro lado, é interessante notar a existência de outros países não fronteiriços, mas que contribuem para as lideranças e crises políticas na RCA. Entre esses países destaca-se a antiga potência colonial França, que tem papel influente na decisão de quem governa o país.

Outros relevantes são Angola, África do Sul, Uganda e a Rússia. Do mesmo modo que alguns desses países lutam para trazer a paz e a justiça de volta à RCA, outros objetivam alimentar a crise enquanto fingem contribuir para uma paz duradoura no país (KAM KAH, 2014).

Todos esses fatores expostos são importantes para compreender o estopim da atual guerra civil iniciada em 2013 e que perdura até os dias atuais. Um breve recorte temporal para o ano 2003 centrado no golpe militar e tomada de poder por Bozizé, explica a eclosão do conflito civil entre os anos de 2004 e 2007 no nordeste do país, entre forças rebeldes lideradas por Michel Djotodia e o governo, mas que terminaram com a assinatura do Acordo de Paz de Birao entre a União das Forças Democráticas para a Unidade (UFDR em inglês) e o governo de Bozizé em 2007 (SIRADAG, 2016).

Diante a escalada de tensões e a persistência da violência, em março de 2013 houve uma reversão do tradicional contexto político centro-africano, no qual uma nova coalizão rebelde chamada Séléka (traduzido como Aliança no idioma local Sango) tomou o poder e estabeleceu seu líder, Djotodia, como o primeiro governante muçulmano do país. Em resposta às diversas violações dos direitos humanos cometidos pelo novo regime, se deu a formação de milícias cristãs de autodefesa Anti-Balaka (traduzido como Invencível no idioma local Sango), o que acrescentou um aspecto de animosidade religiosa às violências cometidas (BRIOLLAIS, ROBLEH, TRYBA, 2023; CPA, 2023).

Conveniente frisar o fato de que a ideologia religiosa não foi a origem do atual conflito, mas sim uma luta pelo poder, por acesso a recursos naturais e identidade nacional. De acordo com Arieff (2014), analista em assuntos africanos, as tensões entre os grupos Séléka e Anti-Balaka acabam sendo expressas em linhas etno-religiosas mas com raízes encontradas em vários fatores, a exemplo: histórico pré-colonial de escravidão por grupos do norte e muçulmanos; concorrência entre pastores predominantemente muçulmanos e agricultores principalmente cristãos sobre acesso a terras e recursos; domínio cristão e sulista da presidência nacional desde a independência e a conseqüente discriminação, negligência e ressentimento entre os nortistas e muçulmanos, que são percebidos como estrangeiros em seu próprio país e lhe são negados direitos de cidadania; dentre outros.

Com a escalada da guerra civil e o aumento da crise humanitária, a situação na RCA atraiu a preocupação internacional, de modo que, em 2014 foi autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) uma operação de manutenção da paz, que incorporaram as forças francesas e da União Africana que já atuavam no conflito, para então formarem a MINUSCA (Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a

Estabilização na República Centro Africana) visando a proteção de civis e o desarmamento de grupos milicianos (CPA, 2023).

Em um contexto ininterrupto de alta tensão interna e da falta de coesão nacional, em 2016 houve a eleição do atual presidente da RCA, Faustin Touadéra. No entanto, a crise entre grupos armados tem se intensificado e o governo se tornou impotente fora da capital Bangui, ao mesmo tempo em que a ilegalidade no resto do país tem contribuído para o aumento dos combates nas províncias e para o crescimento de grupos armados, no qual o ataque a civis é constante, bem como confrontos entre o governo e os grupos armados. Desde o início do conflito, foram firmadas oito tentativas de acordos visando a paz no país, o último assinado em 2019 pelo governo e catorze grupos armados, mas cujos princípios acordados não foram implementados (CPA, 2023).

Por último, a presença de atores armados não estatais estrangeiros tem ganhado cada vez mais destaque na guerra civil da RCA. Nos anos recentes (2018-atual), com as ameaças de rebelião das forças rebeldes à capital Bangui, o governo centro-africano tem obtido assistência militar de soldados ruandeses e principalmente de mercenários russos do Grupo Wagner, que tornam decisiva as vitórias em favor do governo. Em troca do apoio do Grupo Wagner, o governo concede acesso a minas de ouro e diamantes, de forma que, a abordagem mais agressiva do que as das forças governamentais e da ONU, tem ajudado o governo a obter o controle de volta de diversas regiões da parte ocidental do país (CPA, 2023).

A realidade da RCA é muito mais complexa do que apenas embates domésticos entre as forças Séléka e Anti-Balaka por motivos religiosos. Assim, a história da RCA admite um local de exploração por vários tipos de intervenientes estrangeiros, que diante um Estado fraco e de soberania relacional, resulta na concorrência de interesses regionais e internacionais que detêm influência sobre o panorama político e de segurança do país (BUCHANAN-CLARKE e KNOOPE, 2017).

Nesse sentido, é possível levantar a seguinte questão: Em que medida o atual conflito na RCA pode ser considerado uma guerra civil internacionalizada? Para responder essa pergunta busca-se nas teorias contemporâneas de guerras civis internacionalizadas as raízes para entender como o atual conflito tem se sustentado por 10 anos, em especial destacando a atuação de atores armados não estatais e suas implicações para a manutenção da guerra. Estabelecido o embasamento teórico, a análise partirá para um olhar mais detalhado interno e internacionalmente do contexto centro-africano, procurando suscitar reflexões sobre a atuação dos atores externos na guerra civil da RCA, bem como buscando verificar a justificativa teórica de que o envolvimento de atores estrangeiros prolonga a duração de guerras civis. Isto

posto, a pesquisa seguirá uma abordagem hipotético-dedutiva e se dará qualitativamente, por meio de bibliografia temática, abarcando livros, sites, teses e demais mídias online, com o objetivo de responder a pergunta proposta.

## 2 APORTE TEÓRICO

O objeto de estudos envolvendo as guerras civis internacionalizadas trata-se de um campo ainda recente dentro do debate de guerras como um todo, uma vez que o interesse acadêmico em guerras internacionais convencionais tem retido o foco dos pesquisadores. No entanto, a história política do mundo contemporâneo, cuja interdependência é um traço marcante no sistema internacional, tem criado e expandido a importância de guerras civis com dimensões para além das fronteiras estatais, logo, sendo possível argumentar que intervenções externas têm influenciado o curso de eventos e resultados de conflitos civis (RASLER, 1983).

A noção geral de guerra civil gira em torno de um conflito que acontece dentro de um único Estado-Nação, isto é, sua dinâmica envolve dois adversários principais, de um lado um regime governante e do outro um grupo rebelde (FORSEBERG, 2016). Segundo Gleditsch e Beardsley (2004), estudos nessa temática demonstraram que as guerras civis se tornam mais prováveis quando se tem oportunidades econômicas limitadas, diante regimes autocráticos sem controle total do país, e na presença de “agrupamentos juvenis”<sup>5</sup>, ao mesmo tempo em que as guerras civis são facilitadas pela presença de recursos naturais saqueáveis e por uma população geograficamente dispersa.

A presença e importância de atores internacionais nos conflitos civis contrasta com a ideia de “política fechada” dos estudos de guerras civis que ignora a influência de fatores transnacionais nos conflitos, uma vez que as guerras civis são relacionadas a fatores e processos específicos internos ao Estado em conflito, isto é, uma guerra civil envolvendo atores estatais e não estatais é tido como a principal forma de conflito no mundo contemporâneo. Por outro lado, ainda desafiando a abordagem de sistema fechado das guerras civis, alguns estudos destacam a possibilidade de “vizinhos maus” (em inglês, *Bad Neighbourhoods*) como facilitadores do risco de países entrarem em guerra, ou seja, através de um contágio geográfico, quando estados vizinhos estão envolvidos em conflitos, haverá um risco de um novo e maior conflito (GLEDITSCH, 2007).

---

<sup>5</sup> No texto original “Youth Bulges”, isto é, um padrão demográfico visto nos países menos desenvolvidos, onde uma grande parte da população é composta por crianças e jovens adultos (LIN, 2012).

É nesse sentido que Gleditsch (2007) argumenta em seu artigo ‘*Transnational Dimensions of Civil War*’ que as tendências de pesquisa sobre conflitos resultam em uma distinção mutuamente exclusiva e estudadas de formas diferentes, de um lado abordando conflitos que ocorrem entre Estados, ou seja, conflitos interestatais; e, de outro, conflitos intraestatais dentro dos Estados. Enquanto as pesquisas de guerras internacionais desconsideram qualquer forma de conflito que não aquelas entre dois atores estatais, a maioria das investigações de guerra civil buscam explicar cada conflito baseado nas características do país onde o conflito ocorre.

Para tanto, se torna limitante tratar as guerras civis sem considerar o papel de atores fora das fronteiras do Estado afetado já que processos externos podem influenciar o risco de conflitos internos, isto é, compreender as ligações e interações transnacionais se torna de suma importância para a área de conflitos civis, partindo desde o risco de contágios transnacionais até a perspectiva de modelos de paz (GLEDITSCH, 2007).

De acordo com Cunningham (2010), a participação de Estados estrangeiros em guerras civis desempenham diversos papéis como facilitadores das negociações, oferecendo incentivos a grupos para negociar, destacando forças de manutenção da paz ou responsáveis pela aplicação da paz, bem como também ao fornecerem apoio econômico, militar a qualquer um dos lados em guerra, até mesmo com o envio de tropas militares para participação no conflito.

Ademais, a internacionalização de um conflito civil também pode se dar visando interesses e motivações mais variadas para além das descritas acima, que objetivam findar um conflito em curso. A intervenção de terceiros também pode seguir uma agenda independente, ou seja, promovendo resultados preferidos ou estabelecendo acordos que sejam mais favoráveis para uma das partes; além disso, países que compartilham laços étnicos detêm uma maior probabilidade de intervenção nas guerras civis em curso por parte dos países interventores da mesma etnia (GLEDITSCH, 2007).

Ainda segundo Gleditsch (2007), o tipo mais comum de intervenção de outros Estados em guerras civis são as intervenções indiretas. Isso porque as intervenções diretas em conflitos em outros Estados constituem uma violação grave da soberania do Estado em conflito, logo, os países acabam intervindo de modo indireto, seja por apoio encoberto a uma das partes, não interferindo nas trocas de armamentos, ou ao permitir que grupos rebeldes operem em seu território.

A partir disso, dada uma perspectiva histórica de internacionalização das guerras civis, é interessante mencionar os estudos e contribuições de Raymond e Kegley Jr. que em seu

artigo seminal *'Long Cycles and Internationalized Civil War'* (1987) abordam a existência de uma periodização de intervenções externas em guerras civis, ou seja, em qual momento histórico as guerras civis se tornam internacionalizadas por meio de intervenções de grandes potências. Nesse sentido, os autores examinam duas correntes antagônicas sobre as condições em que se dão a internacionalização: a escola de liderança mundial (em inglês, *world leadership school*) e a escola de economia mundial (em inglês, *world-economy school*).

Desse modo, em ambas as correntes, a internacionalização das guerras civis foi notada mais frequentes em períodos caracterizados com a existência de um Estado hegemom na hierarquia internacional. Entretanto, enquanto para a fase de liderança mundial, a internacionalização dos conflitos civis ocorrem quando o Estado hegemom decide apoiar os governos cujas legitimidades são desafiadas, para a fase de economia mundial, a intervenção externa acontece quando o Estado hegemom objetiva manter seus “impérios informais”, seja para apoiar as elites já estabelecidas ou para manter as esferas de influência econômica para si mesmos, afastando a possibilidade de tomada por outras potências (RAYMOND, KEGLEY JR, 1987).

Nesse aspecto, se faz relevante apontar brevemente o argumento de Akinkunmi (2020) acerca da interpretação histórica das guerras civis no continente africano, no qual o autor destaca a importância de estudar esses conflitos se atentando as estruturas sociais africanas fabricadas e influenciadas pelas políticas coloniais, dado que a percepção dos conflitos civis africanos como internacionalizados por conta da rivalidade entre dois grupos étnicos/tribais que não conseguem conviver, se trata de uma visão essencialista da política de identidade. Portanto, a visão da internacionalização das guerras civis africanas como resultante das instabilidades inerentes às sociedades multiétnicas e que por isso não apresentariam resultados tão positivos, acaba confrontando a vertente tradicional de guerras civis de Estados caracterizados por suas populações homogeneizadas. Tal ideia dialoga diretamente com a proposta da corrente de economia mundial que exacerba a influência da colonização como fator determinante da internacionalização das guerras civis.

Com tudo isso posto e contribuindo para o aprofundamento dessa discussão, Rasler (1983) destaca quatro pontos para entender as implicações gerais das intervenções externas em conflitos internos: (1) o nível de desenvolvimento econômico ou político de uma nação não aumenta a possibilidade de que se tornará alvo de intervenção externa; (2) conflitos internos aumentam a probabilidade de intervenção militar por um agente estrangeiro; (3) quando ocorre uma intervenção militar, o agente estrangeiro tem maior tendência a apoiar o governo interno em oposição aos grupos políticos que estão desafiando o governo; e (4) uma



intervenção militar estrangeira aumenta a intensidade e duração de um conflito político, podendo inclusive aumentar a escalada de repressão por parte do governo contra os grupos opositores internos.

De modo complementar, a discussão feita por Cunningham em seu artigo '*How external states can prolong civil wars*' (2010) também apresenta a ideia de que as intervenções militares externas prolongam a duração das guerras civis. No entanto, o autor vai além ao constatar que a intenção do Estado externo no conflito, seja para prosseguir uma agenda independente ou para ajudar o conflito a terminar, tem um efeito ainda mais importante na duração das guerras civis. De forma geral, o artigo apresenta que as intervenções externas com agendas independentes acabam levando a conflitos substancialmente mais longos; um dos exemplos mencionados no texto diz respeito a atuação da África do Sul, no pós Guerra-Fria, que forneceu apoio militar aos países vizinhos e aos insurgentes visando a manutenção da sua influência na região e o afastamento de governos anti-apartheid e não por conta da afinidade ideológica com os grupos que apoiava.

Segundo Cunningham (2010) a intervenção de Estados estrangeiros torna as guerras civis mais difíceis de resolver por dois motivos. Por um lado porque ao introduzir outro ator, esse também deve aprovar os acordos de resolução do conflito e, por outro, os estados estrangeiros ao perceberem menos incentivos para negociação em comparação com os combatentes internos, por conta de suportarem custos de combate menores e por anteciparem receber menos benefícios diante uma negociação, os atores externos constituem mais um obstáculo na resolução dos conflitos civis. Por conseguinte, a partir do momento em que se identifica os traços transnacionais em diversas guerras civis contemporâneas, com atores, recursos e eventos ultrapassando as fronteiras nacionais, também se faz necessário abordar mais detalhadamente sobre a atuação de atores não estatais que possuem grande influência nos conflitos civis, isto é, a participação de grupos armados não estatais.

Na literatura sobre grupos armados não estatais, não há entre os estudiosos um consenso na sua definição, mas sendo possível descrever como atores não estatais que possuem capacidade de ação militar e que essencialmente são autônomos de uma estrutura estatal, de órgãos governamentais e intergovernamentais. Isto posto, estudiosos identificam dois sentidos de atuação, demarcando uma distinção entre aqueles que agem em nome (agentes por procuração) e aqueles que agem em conjunto (agentes auxiliares), de modo que, os primeiros caracterizam uma relação na qual o agente por procuração entra no conflito

contra um alvo em nome do benfeitor, substituindo o papel do Estado<sup>6</sup>. Já o segundo grupo é formado por forças auxiliares, que suplementam o Estado e são rotuladas frequentemente como ilegais (GODFREY et al, 2014; RAUTA, 2016).

Do mesmo modo que os estudos acerca de guerras civis internacionalizadas tratam de uma área relativamente recente, as análises sobre agentes não estatais em conflitos civis, essencialmente os estudos sobre os combatentes irregulares têm detido pouca atenção no campo dos estudos de guerra. Assim sendo, apesar de serem funcionalmente semelhantes, a principal diferença entre as forças por procuração e as auxiliares está no fato de que no combate, a contribuição das auxiliares é de natureza colaborativa, sendo vista como complementar e parte direta no esforço militar nos conflitos civis (RAUTA, 2016).

Agregando a discussão, tão importante quanto delinear as duas funções dos grupos armados não estatais estrangeiros, é abordar a controvérsia envolvendo a natureza legal desses grupos, especialmente sobre a rotulagem ilegal atrelada as forças auxiliares. De acordo com Fattal (2007), as empresas militares privadas (EMP), também comumente chamadas de corporações ou indústrias militares privadas, constituem a formação moderna dos antigos mercenários, isto é, de combatentes conhecidos como ‘soldados de fortuna’ que atuaram em conflitos sobretudo na África pós-colonial. Nesse aspecto, enquanto ambas as terminações, de EMP e mercenários, travam guerras por ganhos privados ou compensações monetárias<sup>7</sup>, os antigos mercenários destoam ao não aderirem a nenhum código de ética ou leis internacionais; por outro lado, as EMP não garantem códigos de condutas militares internacionais fixas de punição para comportamentos imorais, sendo apenas legalmente responsáveis perante os Estados em que operam.

Dada essa ambiguidade jurídica que acompanha os grupos de forças auxiliares (EMP e/ou mercenários), se faz necessário mencionar a legislação da Convenção de Genebra de 1949 (CGIII) sobre a atividade mercenária e o estatuto de prisioneiros de guerra, que anos depois foi adicionado o Protocolo - I e por meio de alterações posteriores, conferiu no artigo 47 do protocolo a definição de mercenário, diferindo e contemplando aos prestadores de serviços privados ou as EMP, o status de prisioneiro de guerra apenas aqueles contratados que

---

<sup>6</sup> De acordo com Godfrey et al (2014), casos onde o estado não consegue alavancar capacidade militar suficiente e portanto utiliza de forças por procuração, são comumente encontrados em exemplos africanos, como: a Guerra no Congo na década de 60, no qual mercenários franceses, espanhóis, rodesianos e sul africanos lutaram em ambos os lados do conflito; na Guerra Civil Nigeriana, tanto o governo quanto os grupos separatistas de Biafra recrutaram soldados privados; além da participação de mil mercenários estrangeiros na Guerra Civil Angolana, onde britânicos, americanos e egípcios participaram nos combates.

<sup>7</sup> As remunerações desses contratos visam essencialmente o acesso a recursos minerais e naturais, assim, em troca dos serviços de segurança e/ou proteção executiva, tem como pagamento da maioria dos contratos firmados se dando através de concessões para exploração a longo prazo de minas petrolíferas e minerais (FAYEMI. K, 2000).

tivessem um cartão de identidade válido das forças armadas em que lutavam (FATTAL, 2007).

Sendo assim, é possível inferir que diferentes classificações dos grupos armados auxiliares levam a diferentes posições perante as regras do direito internacional. Estudos na área destacam a dupla natureza das EMPs, de caráter militar e econômico, que consequentemente exclui o aspecto político das suas ações (FATTAL, 2007). Mas na prática, exceções dessa constatação são constantes, como será detalhado nas próximas seções deste artigo com relação às atividades do Grupo Wagner.

A partir de todo o exposto, se torna evidente a importância dos estudos acerca das guerras civis, de insurgências e intervenções estrangeiras para a comunidade internacional; com o agrupamento geográfico de conflitos, a porosidade das fronteiras e a disputa por recursos naturais, se torna imprescindível analisar as ligações transnacionais nas guerras civis, que ao envolver questões étnicas, econômicas e políticas, acabam constituindo o risco de novos conflitos bem como contextos de paz. Portanto, o artigo buscará apresentar os cenários e atores contemporâneos que influenciam a guerra civil centro-africana, analisando doméstica e internacionalmente o modo como o conflito se desenvolve.

### **3 O ATUAL ESTÁGIO DO CONFLITO NA RCA**

#### **3.1 Análise Doméstica**

Desde 2013, o cenário doméstico da RCA é marcado por um ciclo de violências ininterruptas, com uma sociedade fraturada e um governo central fraco. Mesmo com a dissolução da aliança Séléka por Djotodia logo após alcançar o poder, uma vez que não havia coesão interna entre seus participantes e os objetivos que uniam a aliança foram alcançados (a queda do regime de Bozizé, a tomada de controle do Estado e a captura dos recursos naturais), a constante violação dos direitos civis por aqueles que formaram o Séléka levaram a uma contínua retaliação por parte das milícias de autodefesa Anti-Balaka, alimentando a narrativa de que os mulçumanos centro-africanos são povos estrangeiros dentro de sua própria nação (SIRADAG, 2016; ICG 2019).

Ao longo dos anos, se tornou comum combates entre forças ex-Séléka e grupos Anti-Balaka, como também entre próprios grupos concorrentes de ex-Séléka entre si. De acordo com o relatório “*Making the Central African Republic’s Latest Peace Agreement Stick*” da ICG de 2019, a violência interna voltou a tomar maiores proporções a partir de

2017, quando grupos armados dos dois lados passaram a guerrear pelo controle das economias locais, em especial pelas tributações do comércio, gado e locais de mineração, ao mesmo tempo em que as atrocidades contra os civis foram cometidas tanto por milícias ex-Séléka como Anti-Balaka, resultando em milhares de mortes e mais de 603 mil deslocados para países vizinhos.

A partir disso, é possível constatar que o atual conflito na RCA, além de envolver diversos grupos armados com motivações distintas, como políticas, religião, terras e etnias, também abrange a raiz histórica da falta de uma administração governamental efetiva. Tão antiga quanto a colonização francesa na RCA, o país pratica um sistema de arrendamento das riquezas naturais do país a empresas estrangeiras privadas em troca do fornecimento de serviços básicos e de infraestruturas. Assim, a incapacidade ou indiferença do governo central com o povo centro-africano contribuiu para o prolongamento do conflito na mesma medida em que a externalização da administração pública se intensifica. Por conta disso, foi apenas com o apoio de atores externos, em especial União Africana, ONU e Rússia, que em 2019 houve a assinatura de um acordo<sup>8</sup> entre o governo e catorze grupos armados (CLARKE, KNOOPE, 2017).

Os elevados níveis de conflitos violentos no país persistiram e se intensificaram em 2020 devido a eleições contestadas. Nesse ínterim, a oposição contra o governo de Touadéra formou um novo grupo rebelde, nomeado Patriotas pela Mudança (*Coalition des patriotes pour le changement* ou CPC em francês), que uniu seis grupos armados, incluindo ex-Sélékas e Anti-Balakas para resistir ao governo. Desde então, o grupo tem lançado ondas de ataques contra a capital, gerando combates intensos contra as forças governamentais que são assistidas por soldados ruandeses e russos do Grupo Wagner (CPA, 2023).

Além de contestarem a vitória do presidente Touadéra em 2021, o grupo CPC denunciou abertamente um referendo realizado em julho de 2023. Essa recente atualização provoca ainda mais a fraca democratização da RCA, uma vez que foi validada pelo Tribunal Constitucional centro-africano uma nova constituição que obteve 57% de votos válidos, a nova constituição permitirá a reeleição de Touadéra, agora por mais sete anos, além de ser omissa quanto aos limites do mandato presidencial, garantindo mandatos indefinidos para

---

<sup>8</sup> O Acordo Político para a Paz e a Reconciliação na RCA de 2019, tal como acordos anteriores, tem como objetivo eliminar as causas do conflito e promover a reconciliação nacional, de modo que, todos os signatários se comprometeram a renunciar o uso da força armada e os grupos armados a se dissolverem. O acordo possui duas disposições importantes: a criação de unidades especiais de segurança mista, fundindo alguns combatentes de grupos armados com forças de segurança nacionais e o estabelecimento de um governo inclusivo. No entanto, o acordo é vago quanto às medidas necessárias para garantir a justiça pós-conflito e não menciona processos judiciais específicos para promover a justiça no país (HRW, 2019; ICG, 2019).

quem estiver no poder. Outro ponto que gerou forte contestação pela oposição, é a tentativa da nova constituição de definir quem seria um verdadeiro cidadão centro-africano, ou seja, aqueles cujos dois pais são centro-africanos. Tal ponto tem o poder de alimentar e despertar novas intrigas dada a falta de uma política identitária no país (AFRICANEWS, 2023; MUDGE, 2023).

Assim, enquanto a oposição denuncia os resultados de um referendo cujas características democráticas são questionáveis, o conflito doméstico entre grupos armados se acentua, principalmente entre rebeldes do grupo CPC e as forças do governo, que adicionados de respaldo estrangeiro, tornam a guerra civil centro-africana um conflito cuja solução aparenta estar muito distante da atual realidade.

### **3.2 Análise Internacional**

A guerra civil na RCA é caracterizada por uma gama de atores externos se envolvendo nas crises políticas internas do país. Ao mesmo tempo em que a RCA é rodeada por países que são por si só muito instáveis politicamente, os vizinhos regionais também acabam influenciando os processos internos do Estado, pois desde que a RCA adquiriu sua independência, todos os golpes militares foram apoiados por intervenientes externos. Assim, o atual conflito na RCA não pode ser entendido separadamente das ações de uma multiplicidade de atores externos, sejam eles regionais ou internacionais, mas que acabam se envolvendo na guerra.

Um dos países mais influentes na RCA e com uma agenda bastante diversa e controversa, desde o passado até o presente, é o Chade. A política chadiana, em especial o regime de Idriss Déby, tem desempenhado um papel complexo e contraditório na crise centro-africana. Apesar de participar nos fóruns multilaterais de algumas resoluções para a guerra civil da RCA, o Chade tem sustentado de outras maneiras a crise no país, aparentando não estar contribuindo genuinamente para uma paz duradoura na RCA, e se mostrando perceptível no papel que detém ascendendo ou derrubando do trono vários presidentes do país, seja para o interesse nacional chadiano ou para o interesse pessoal do presidente Déby (KAM KAH, 2014).

É possível também perceber que a presença do Chade no conflito centro-africano também ultrapassa as questões políticas, uma vez que por conta da fluidez das fronteiras, muitos mulçumanos da RCA tem suas origens familiares no Chade. Por conta disso, se tornou comum associar as duas identidades, sobrepondo-as. Por conseguinte, isso tem provocado o

aumento de violências anti-mulçumanos por grupos Anti-Balaka que possuem como alvo civis mulçumanos, contribuindo para a narrativa de lutarem contra alvos estrangeiros que atacam e saqueiam a RCA (ARIEFF, 2014).

O Chade é tido como uma potência militar na região, e isso é visto claramente na disposição de tropas de apoio aos golpes militares recentes na RCA. Em 2003, Déby ajudou Bozizé a derrubar o governo de Patassé, com uma força predominantemente constituída de milícias chadianas. Esse apoio foi comprovadamente devido aos interesses estratégicos de proteção dos campos e instalações petrolíferas do Chade na fronteira com a RCA, já que as operações petrolíferas eram uma importante fonte de rendimento do governo Déby, que também garantiam a Déby sua consolidação e permanência no poder chadiano (CLARKE, KNOOPE, 2017; KAM KAH, 2014).

Do mesmo modo, no estopim do conflito em 2013, Déby desempenhou um papel fundamental na mudança da dinâmica política da RCA: no primeiro momento, com as tropas chadianas se voltando contra Bozizé, juntando com as milícias Séléka e ajudando Djotodia a tomar o poder em Bangui; no segundo momento, com a incapacidade de Djotodia em estabilizar a grave situação de violências cometidas por grupos Séléka e Anti-Balaka, o presidente Déby pressionou Djotodia para renunciar a liderança em janeiro de 2014, sendo rapidamente substituído por um breve governo interino (CLARKE, KNOOPE, 2017; SIRADAG, 2016).

Ademais, a guerra civil na RCA é bastante influenciada pela proliferação de grupos armados e rebeldes independentes chadianos que formam bases operacionais e de refúgio nas fronteiras da RCA e Sudão, resultando no aprofundamento do conflito interno centro-africano, tanto pelo tráfico de armas fronteiriços quanto pela exportação de minerais ilícitos. Assim, é possível estabelecer que o conflito na RCA é de interesse para o Chade por dois motivos. Se, por um lado, as revoltas internas centro-africanas ameaçam a estabilidade econômica do Chade por conta da área produtora de petróleo na fronteira ao norte do país, por outro lado, a instabilidade e o enfraquecimento dos governos da RCA deixam uma lacuna aberta para o presidente Déby agir visando seus interesses na região de Darfur (KAM KAH, 2014; SIRADAG, 2016; MURRAY e SULLIVAN, 2019).

Outro país que também influencia negativamente a estabilidade política da RCA é o Sudão. De acordo com Kam Kah (2014), a contribuição para a desestabilização interna centro-africana é encontrada antes do conflito Darfur, onde a região da RCA se tornou um importante palco durante a guerra civil do Sudão de 1983 a 2005, no qual saqueamentos, busca por refúgio e ofensivas militares passaram a ser constantes na fronteira entre o Sudão e

a RCA. Ainda segundo o autor, após a crise na região de Darfur, a crise na RCA se agravou ainda mais, tanto pela existência de movimentos armados transnacionais situadas nas periferias do país, quanto pela transnacionalização do conflito de Darfur por parte do governo Sudanês, com o objetivo de promover guerras por procuração no Chade e na RCA.

Por conseguinte, a participação da República Democrática do Congo (RDC) na RCA também não favorece a solução dos problemas sociopolíticos domésticos. Como também faz fronteira com a RCA, as crises da RDC transbordam para a RCA, principalmente com o comércio transfronteiriço de armas leves e de pequeno calibre (da sigla em inglês '*small arms and light weapons*'). Além disso, esse afluxo de armas se transformou em uma fonte de instabilidade para a RCA, no qual o armamento de grupos rebeldes contribuiu para aterrorizar a população, o que agrava ainda mais os diversos problemas sociais e políticos internos da RCA (KAM KAH, 2014).

Recentemente, a RDC também tem exercido influência nas tentativas de criar a paz na atual guerra civil centro-africana, porém seus objetivos aparentam ser ambíguos. Em 2014, a RDC acolheu um dos principais líderes rebeldes do grupo Séléka, enquanto que em 2015, o presidente congolês Sassou Nguesso mediu as conversações de Nairobi para paz, ao mesmo tempo em que estavam acontecendo conversações locais. Para tanto, a ação da RDC pode ser entendida como uma tentativa de exercer influência sobre grupos armados rebeldes centro-africanos, e paralelamente como um esforço para ganhar favores da comunidade internacional (CLARKE, KNOOPE, 2017).

O último país fronteiriço da RCA é Camarões, cujo relacionamento, interesses e influência na RCA são difíceis de decifrar. Alguns pontos sobre a participação de Camarões merecem ser mencionados. Logo após a tomada de poder pelo Séléka em 2013, enquanto a maioria dos presidentes africanos apoiaram Djotodia, o Presidente do Camarões, Paul Bia decidiu acolher Bozizé em seu primeiro exílio. Como consequência do conflito violento na RCA, houve um afluxo de refugiados para Camarões, onde o país acolheu quase 50% dos refugiados centro-africanos. Por fim, Camarões representa o principal ponto de trânsito comercial para importações e exportações da RCA, que mediante o porto de Douala, contribui para o contrabando irregular de pedras preciosas, marfim e gado, que tem se intensificado mais com a guerra civil na RCA (ARIEFF, 2014; CLARKE, KNOOPE, 2017).

Para além das relações dos países vizinhos da RCA, outros estados africanos também têm se envolvido na guerra civil por diferentes motivos e com resultados distintos, com destaque para três países: Angola, África do Sul e Uganda. De acordo com Clarke e Knoope (2017), desde 2014 a Angola intensificou sua participação nos processos de paz da RCA,

fornecendo maior apoio militar e fortalecendo as relações bilaterais, com a promessa de doação de 10 milhões de dólares. No entanto, a principal influência da Angola no atual conflito centro-africano está no seu papel de mediador e facilitador das exportações de diamantes da RCA. Com o início da guerra em 2013, a RCA foi suspensa dos esquemas do Processo de Kimberley<sup>9</sup>, mas a partir da ascensão da Angola à presidência do Processo, e com a ajuda da liderança angolana, em 2016 a RCA retomou parcialmente as exportações de diamantes, principalmente dada a assinatura de um acordo de cooperação entre a RCA e a empresa estatal angolana Endiama, que tem prestado assistência ao setor mineiro de diamantes da RCA (CLARKE, KNOOPE, 2017).

Já a participação da África do Sul no conflito é relevante por se portar como um contrapeso à influência francesa no continente africano como um todo, isto é, com a eclosão da guerra em 2013, tropas sul africanas lutaram ao lado do governo de Bozizé contra o grupo armado Séléka. Entretanto, é interessante mencionar que por detrás da cooperação bilateral em questões de segurança, os interesses da África do Sul na RCA parte de uma estratégia de obtenção de concessões para exploração de petróleo e minerais, como também a busca por maior influência na África francófona (ARIEFF, 2014).

Ademais, de modo distinto da participação e influência de todos os demais Estados africanos na crise da RCA, a intervenção da Uganda ocorreu devido a permanência de uma milícia ugandesa em território centro-africano, mais especificamente do Exército de Resistência do Senhor (do inglês *'Lord's Resistance Army'* ou LRA) que opera na remota região sudeste da RCA, atacando comunidades rurais e conseqüentemente deslocando milhares de pessoas na RCA. O grupo armado ugandês surgiu para lutar contra o governo de Yoweri Museveni da Uganda, mas reprimido em seu país, se espalhou para outros Estados com vistas a evitar sua detecção; a presença do LRA em solo centro-africano agravou ainda mais os problemas internos de liderança e segurança, pois grupos armados de autodefesa começaram a surgir no país. Tal contexto foi usado como justificativa para a intervenção do governo da Uganda na RCA, que desde 2009 tem realizado operações de combate ao grupo armado ugandês, e em 2012 já com o apoio de tropas militares dos Estados Unidos em campo centro-africano, o que por sua vez intensificou ainda mais a guerra e instabilidade na RCA (ARIEFF, 2014; KAM KAH, 2014).

---

<sup>9</sup> Estabelecido em 2003 por meio da Resolução 55/56 da Assembleia Geral da ONU, o Esquema de Certificação do Processo de Kimberley ou KPCS determina a ilegalidade de diamantes de conflito, aqueles originários de áreas controladas por facções criminosas e usados para financiamento de ações oposicionistas aos governos legítimos, a fim de evitar que esses diamantes entrem no mercado legítimo de diamantes bruto; a RCA como membro desde 2003 teve suspensa a venda de seus diamantes brutos dado o início da guerra (AEOW, 2022).



Em sequência, tão necessário quanto compreender o emaranhado de forças externas regionais que atuam na internacionalização da guerra civil na RCA, é também de extrema relevância abordar o papel da antiga potência colonial no atual conflito. Desde a independência da RCA, tem sido denunciada a constante participação e intromissão francesa nas políticas internas do país. Com o início do conflito em 2013, a participação da França tomou relevância a partir de agosto de 2013 quando intensificaram os ataques do grupo Séléka contra civis, de forma que, a França foi um ator chave para a autorização no Conselho de Segurança da MINUSCA. Além disso, especialistas destacam que a decisão francesa de intromissão no conflito foi motivada por duas razões, primeiro como uma eventual estratégia de retirada do conflito ao dividir o fardo financeiro e político dos esforços com uma operação oficial, e segundo por preocupação de que o conflito poderia afetar os laços comerciais e de segurança que os vizinhos da RCA mantém com a França (ARIEFF, 2014; KAM KAH, 2014).

De acordo com Siradag (2016), é possível constatar que um dos principais efeitos da participação francesa no conflito foi a mudança que ocorreu na dinâmica demográfica e de segurança da guerra a partir da operação francesa ‘Sangaris’ em dezembro de 2013, ou seja, enquanto as forças armadas francesas desmilitarizaram os combatentes do grupo Séléka, eles deixaram as milícias Anti-Balaka com suas armas, o que significativamente favoreceu a oposição ao governo de Djotodia. Nesse sentido, a França objetivava trazer ao poder um líder que colaborasse e fosse condizente com os interesses franceses.

Por último, o recente envolvimento de um ator externo chave no conflito têm chamado a atenção por representar um elemento que pode mudar significativamente os rumos da atual guerra civil centro-africana. O estreitamento dos laços entre a RCA e a Rússia se intensificaram no final de 2017, quando a Rússia obteve a aprovação do Conselho de Segurança da ONU para o envio de armas, além de oferecer treinamento militar às forças armadas centro africanas. Ao longo de 2018 Touadéra assinou um acordo de cooperação militar com a Rússia em troca de concessões no mercado de ouro e diamantes. Com isso, um número significativo de oficiais do exército russo e várias centenas de funcionários de uma empresa russa de segurança privada chamada Wagner foram deslocados para a RCA, ao mesmo tempo em que um cidadão russo, Valery Zakharov passou a atuar como conselheiro de segurança presidencial do Touadéra (GUTIÉRREZ, 2023; ICG, 2019).

É possível estabelecer que a participação russa em território centro africano é sinônimo das operações do Grupo Wagner<sup>10</sup>, que recebe apoio implícito do Kremlin nas suas atividades. Embora no início não tenha se envolvido diretamente nas operações de combate na guerra civil da RCA, no final de 2020, com a aproximação das eleições centro-africanas e a piora na situação de segurança com a formação pela oposição da coligação CPC, o Grupo Wagner passou de uma função de apoio para uma função de combate direto, lutando ao lado das forças armadas nacionais (ACLED, 2022).

Como resultado, o Grupo Wagner tornou-se um dos agentes dominantes da violência política na RCA, de forma que, desde 2021, o grupo tem passado a operar de forma independente das forças nacionais, em pelo menos 50% dos eventos de violência política. Assim, com as atividades do Wagner e das forças estaduais divergindo significativamente, os mercenários do grupo acabam se envolvendo em um nível desproporcional mais elevado de violência contra civis do que quando operam ao lado das forças oficiais nacionais, isto é, em 70% dos eventos que o Grupo Wagner participou sem a presença estatal os principais alvos foram civis contra 27% quando as operações envolvem as forças estatais (ACLED, 2022).

Apesar disso, estudos indicam que a população da RCA apoia fortemente a intervenção do Grupo na guerra civil<sup>11</sup>, onde o Grupo também tem construído relações com os grupos armados no conflito. Isto posto, as motivações da Rússia através do Wagner aparentam ser de duas vias, ambas condicionadas apenas aos interesses russos e não realmente a uma solução para a guerra na RCA. Por um lado, os interesses políticos e militares da Rússia enxergam no conflito da RCA uma oportunidade geoestratégica, para obter apoio africano minando os rivais europeus e assim fortalecer sua presença no sul global; por outro lado, prevalecendo os interesses econômicos russos com a exploração dos recursos naturais (ICG, 2019).

Desde a chegada do Grupo Wagner na RCA, o governo tem feito inúmeras concessões a empresas ligadas direta ou indiretamente aos mercenários; a exemplo, em 2019 foi registrada em Bangui a empresa Diamville, considerada pela União Europeia uma empresa de fachada do Grupo Wagner, sendo também registrada a empresa Bois Rouge envolvida na exploração de madeira no sudoeste centro africano. Outro exemplo interessante é a empresa

---

<sup>10</sup> A estrutura organizacional do grupo é deliberadamente obscura, o que dificulta confirmar detalhes exatos sobre o grupo, de modo que, o grupo em si não existe oficialmente, tratando então de um nome dado a uma rede sobreposta de empresas e forças militares privadas que mesmo não reconhecido publicamente, desfrutam de apoio implícito do Estado russo (ACLED, 2022).

<sup>11</sup> Um novo elemento que corrobora para essa visão foi a construção de uma nova estátua de tamanho real em homenagem aos mercenários russos na capital Bangui; de forma que, para além de uma homenagem, essa estátua também representa uma presença visual permanente de *soft power* russo, algo bem característico de propagandas estilo soviéticas (DFRLAB, 2021).

Midas Ressources, também afiliada ao Grupo que recebeu uma concessão de 25 anos para exploração de ouro após o governo expropriar uma empresa canadense que operava no país desde 2006. Isso demonstra que os russos estão envolvidos em toda a cadeia de valor, não apenas na exploração de recursos minerais preciosos (AEOW, 2022; GUTIÉRREZ, 2023).

Enfim, se por um lado a presença russa transformou a RCA em uma espécie de laboratório do poder ultramarino russo, que obteve sucesso nas áreas econômicas e militares, sua participação na guerra civil centro africana permite levantar questionamentos sobre suas reais intenções e se os resultados vão de fato contribuir para um fim positivo ou para prejudicar ainda mais o país. A entrada da Rússia na guerra traz uma nova peça chave que corrobora para o argumento de que a guerra civil na RCA é de fato uma guerra civil internacionalizada.

#### **4 REFLEXÕES E CONCLUSÕES**

Em 1970, no auge da eclosão de conflitos intranacionais e de guerras civis verificadas ao redor do mundo<sup>12</sup>, foi escrito por Mitchell, seu artigo seminal intitulado “*Civil Strife and the Involvement of External Parties*” que descreve que uma guerra civil internacionalizada é identificada quando um ator externo passa a atuar em apoio a uma das partes de um conflito interno, alterando assim a natureza do conflito, que passa de uma luta exclusivamente interna para uma que envolve outros Estados e suas autoridades políticas. Nesse sentido, quase 43 anos depois, o conflito situado na RCA pode ser classificado como a guerra civil mais internacionalizada da atualidade, inicialmente com a participação incisiva do Chade que alterou os rumos políticos, e hoje com o peso do envolvimento russo na guerra cuja atuação visa apenas os interesses próprios e não a solução do conflito centro-africano.

A partir de tudo o que foi exposto ao longo desse artigo, é possível realizar algumas reflexões acerca dos papéis que intervenientes externos representam na guerra civil da RCA e como suas influências corroboram para a hipótese de que quando a parte interveniente se converte em outro candidato entre muitos ao controle político, a resolução do conflito se torna mais incerta de ocorrer, e, portanto, prolongando a guerra. Isto posto, um primeiro ponto importante a ser destacado é o caráter relacional da soberania centro-africana, isto é, além de ser uma das principais causas que levaram ao atual conflito interno, também se trata de uma

---

<sup>12</sup> Segundo a autora Rasler, podem ser listados diversos casos na década de 70 nos quais houveram intervenções externas influenciando o curso dos conflitos internos e de guerras civis, como também as suas resoluções, são eles: Afeganistão, Angola, Camboja, Chade, Chipre, El Salvador, Etiópia, Iraque, Jordânia, Líbano, Moçambique, Nicarágua, Nigéria, Irlanda do Norte, Paquistão e Iêmen (RASLER, 1983).

raiz histórica que desde a independência tem causado um cenário de instabilidade política na RCA.

O fato de que o governo tem sido incapaz de manter um mínimo estado de bem estar social que comportasse toda a população centro-africana, fez com que todos os líderes que já governaram a RCA se tornassem dependentes de forças externas para garantir suas próprias posições, de modo que, isso acaba sustentando um sistema no qual os políticos centro-africanos se preocupam mais com as relações pessoais que mantêm com as forças externas do que em efetivamente exercer o pacto social para com os cidadãos centro-africanos. Nesse aspecto, além de contribuir para a perpetuação dos ciclos de violências e para a pobreza no país, as concessões para exploração dos recursos abundantes da RCA (como os cedidos a França e Rússia), bem como também as subcontratações de serviços essenciais à organizações internacionais (organismos da ONU e União Europeia), externalizam a governabilidade para atores estrangeiros, de forma que, as fontes de poder mais importantes da RCA acabam se encontrando fora do próprio Estado.

Ao mesmo tempo, essa externalização do governo acaba promovendo na RCA programas que visam a estabilidade regional em detrimento de construir caminhos para uma política nacional mais estável, ou seja, o objetivo primordial é fazer com que a guerra civil na RCA não transborde para nações vizinhas, mesmo que isso signifique que a RCA seja governada por um governo autoritário como o de Bozizé que detinha apoio internacional ou que para isso seja necessário forçar a deposição do governo de Djotodia por julgar que ele não atenderia os interesses externos, como foi feito pelo presidente Déby do Chade e fortemente apoiado pela França.

No entanto, na prática dada as complexas configurações regionais africanas, cujas fronteiras porosas são incapazes de controlar o fluxo populacional, além da diversidade étnica que transcende essas delimitações políticas, a guerra civil na RCA se torna muito mais profunda e de difícil solução devido às dimensões transnacionais alimentadas por más influências presentes nos países vizinhos, ao invés da guerra civil centro-africana por si só representar uma grande ameaça, o que constitui uma falsa percepção que muitas das vezes é usada como justificativa para intervenção por agentes externos. Por isso é importante voltar o olhar para os efeitos do transbordamento dos conflitos vizinhos na RCA, uma vez que, esse é um dos fatores que alimentam a atual guerra civil.

A grande maioria da influência das dimensões transnacionais na RCA ocorre de forma indireta, seja pelo tráfico de armas nas fronteiras porosas do Chade, Camarões, Sudão e RDC e que não possuem políticas efetivas de controle por parte desses governos; como também

pelo apoio velado a grupos armados ou líderes políticos, como o acolhimento pela RDC de um dos líderes do grupo Séléka ou o asilo oferecido a Bozizé por Camarões quando foi deposto no início da guerra. Entretanto, é o destacamento de intervenções militares, em sua forma direta no conflito, que mais contribui para a guerra civil centro-africana; sobretudo as tropas do Chade, França e Uganda, dado que entraram no conflito motivados apenas por interesses próprios e não para ajudar a solucionar a guerra.

No que tange a participação do Chade se torna claro as motivações políticas, para angariar mais poder e econômicas visando a exploração petrolífera, quando as tropas chadianas interferiram no conflito ao lado das milícias Séléka para tomar o poder. Já a participação francesa com receio de ter afetada sua influência regional, principalmente os laços econômicos com suas ex-colônias, se posicionou contra o governo de Djotodia quando aprovou a operação Sangaris que favoreceu as milícias Anti-Balaka com o porte das armas. De modo semelhante, a justificativa para a intromissão da Uganda no conflito visa apenas firmar sua soberania buscando reprimir os rebeldes do LRA e não realmente amenizar os abusos por eles cometidos, ignorando a insegurança permanente na crise da RCA.

É interessante ressaltar o fato de que essas intervenções diretas acabam ferindo a já pouca existente soberania da RCA em meio a guerra. Nesse mesmo sentido, um segundo ponto que merece ser chamada a atenção é a presença do Grupo Wagner, como representante dos interesses russos, no conflito da RCA. Mesmo que a ajuda tenha sido aceita pelo governo, o papel exercido pelo Grupo Wagner como qualquer outra EMP choca-se diretamente com o princípio único e mais importante de um estado soberano, ou seja, de deter o monopólio do uso legítimo da força.

A complexidade da questão envolvendo a natureza do Grupo Wagner transcende o escopo de análise desse artigo. No entanto, se faz pertinente destacar que apesar do grupo receber na prática apoio encoberto do Estado russo, isto é, inicialmente ao manter laços estreitos com o serviço de inteligência militar russo, como também, durante vários anos, ter estabelecido relações interpessoais próximas entre o presidente Putin e o líder do grupo de mercenários Yevgeny Prigozhin (ACLED, 2023). Todas as demais características do grupo se enquadram na definição de grupo armado não estatal dada sua essência de EMP e contrato inicial com o governo da RCA de atuação como uma força militar auxiliar, para complementar as forças armadas nacionais.

Por conseguinte, é importante levantar o questionamento acerca da legalidade das ações do Grupo Wagner na guerra civil centro-africana, uma vez que isso afeta diretamente a direção que o conflito se encaminha. Apesar de obterem diversas concessões para exploração

de recursos naturais, algo típico dos contratos entre governos que utilizam de EMPs, o Grupo Wagner obteve licenças para exploração em locais designados como zonas vermelhas pelo Processo de Kimberley, isto é, locais mais instáveis onde os lucros da mineração são em sua maioria voltados para o financiamento da guerra. Desse modo, para além das acusações e verificadas violências cometidas contra civis na guerra, a permanência do Grupo Wagner acaba sustentando também uma economia de guerra na RCA. É possível dizer que o Grupo Wagner iniciou como apenas uma força auxiliar do governo, mas que acabou se efetivando tanto como uma parte independente do próprio governo como também intervindo na Assembleia Nacional da RCA .

Ademais, a recente constituinte realizada na RCA que promoveu a ampliação do mandato presidencial, bem como ilimitadas reeleições, tiveram como parte importante para a sua aprovação, a ajuda do Grupo Wagner. Algo interessante de se mencionar é o fato de que governos anteriores já haviam tentado modificar a constituição mas não obtiveram sucesso, como por exemplo Bozizé que iniciou o processo de mudança da constituição para concorrer a outras eleições mas acabou sendo deposto no início da guerra civil em 2013. Isso colabora para o argumento de que a influência da Rússia na condução das políticas nacionais detém de um grande peso, outro exemplo notável é o relato da ex-presidente do tribunal constitucional, que expôs a visita de oficiais russos enquanto ela presidia a corte e que pediram conselhos sobre como mudar a constituição da RCA para permitir que Touadéra permanecesse no poder (MUDGE, 2023).

Com tudo isso posto, se torna claro que todos os atores estrangeiros, estatais ou não, envolvidos na guerra civil da RCA acabam sendo motivados por objetivos independentes que não a resolução do conflito em si. Isto é, basicamente todos os intervenientes externos buscam de algum modo se beneficiar da guerra, seja garantindo receitas com a exploração dos abundantes recursos naturais que o país possui ou angariando mais poder político para se fortalecer regionalmente. Com a chegada do Grupo Wagner na guerra contribuindo para a criação de um governo autoritário, a hipótese central de que atores com agendas independentes prolongam a guerra é verificada na prática. O Grupo Wagner se torna mais um dentre os diversos grupos internos que dificulta a aprovação de um acordo válido que poderá garantir o fim da guerra, já que a multiplicidade de atores com diferentes incentivos torna mais difíceis concordarem em um tratado que favoreçam todas as partes.

Mesmo a possibilidade de uma coação internacional parece fora da realidade, já que a própria França terminou de retirar suas tropas em 2022 alegando estar fazendo isso pela presença do Grupo Wagner no conflito. Logo, a falta de interesse do cenário internacional

para a guerra civil na RCA facilita com que atores regionais e internacionais e mais recentemente a Rússia tornassem a RCA um ambiente de constante disputa entre diferentes atores. Uma guerra civil que iniciou como uma rebelião armada, se desenvolveu em um conflito sectário, com características etno-religiosas, mas que agora aparenta longe de um fim com diversos países tentando agarrar um pedaço da RCA para si mesmos. A RCA se tornou uma vítima inocente do próprio cenário de guerra dominado por atores externos, logo, classificar a guerra civil centro-africana como uma guerra civil internacionalizada é essencial para entender os rumos que o conflito tem tomado e os caminhos que enfim poderão criar um possível acordo para a paz.

## REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana E.; KUELE, Giovanna. **República Centro-Africana: raízes históricas e causas imediatas do conflito**. Instituto Igarapé, Policy Brief, n. 1, dez. 2017. Disponível em:

[https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/12/CONSOLIDADO\\_ICP-2017-Policy-Brief-RCA-PT-Dez21.pdf](https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/12/CONSOLIDADO_ICP-2017-Policy-Brief-RCA-PT-Dez21.pdf) Acesso em: 24 Julho 2023

ACLED. **Wagner Group Operations in Africa**. 2022. Disponível em:

<https://acleddata.com/2022/08/30/wagner-group-operations-in-africa-civilian-targeting-trends-in-the-central-african-republic-and-mali/#s4> Acesso em: 24 Julho 2023

ACLED. **Moving Out of the Shadows Shifts in Wagner Group Operations Around the World**. 2023. Disponível em:

<https://acleddata.com/2023/08/02/moving-out-of-the-shadows-shifts-in-wagner-group-operations-around-the-world/> Acesso em: 18 Agosto 2023

AEOW. **CAR: Prigozhin's Blood Diamonds**. 2022. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1RyxkBKTP7BEVEtoQ3LV0jzxzJFrelHbJ/view> Acesso em 17 Julho 2023

AFRICANEWS. **Central African Republic's top court confirms constitutional referendum results**. 2023. Disponível em:

<https://www.africanews.com/2023/08/22/central-african-republics-top-court-confirms-constitutional-referendum-results/> Acesso em: 5 Outubro 2023

AKINKUNMI, Korede. **An Internationalized "Civil War:" Dissecting the Role of External Actors in Biafra**. Southern California International Review; Vol. 10 No. 2, 2020. pp. 44-53. Disponível em: [https://www.uscir.org/s/Final\\_Book\\_i20.pdf](https://www.uscir.org/s/Final_Book_i20.pdf) Acesso em: 29 Julho 2023

ARIEFF, Alexis. **Crisis in the Central African Republic**. Washington: Congressional Research Service, 2014. Disponível em:

[https://www.everycrsreport.com/files/20140514\\_R43377\\_fd63eb8feaac3e1e146401f7a2329aad333996d2.pdf](https://www.everycrsreport.com/files/20140514_R43377_fd63eb8feaac3e1e146401f7a2329aad333996d2.pdf) Acesso em: 14 Agosto 2023.

BOAS, Morten. **The Central African Republic – a history of a collapse foretold?** Policy Brief, v. 1, n. 1. Oslo: Norwegian Peacebuilding Resource Centre, Jan. 2014. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/central-african-republic/central-african-republic-history-collapse-foretold> Acesso em: 26 julho 2023

BRIOLLAIS, Noemie; ROBLEH, Mohamed; TRYBA, Patrick. **Central African Republic Conflict Diagnostic 2023**. Carleton University. February 2023. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/central-african-republic/conflict-diagnostic-central-african-republic-2023> Acesso em: 26 Julho 2023

CLARKE, Stephen B; KNOOPE, Peter. **Central African Republic: A Conflict Misunderstood**. Cidade do Cabo: The Institute For Justice And Reconciliation, 2017. Disponível em: <https://africaportal.org/wp-content/uploads/2023/06/CAR-Report-.pdf> Acesso em: 26 Julho 2023

CPA. **Conflict in the Central African Republic**. Global Conflict Tracker, 2023. Disponível em: <https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/violence-central-african-republic> Acesso em: 24 Julho 2023

CUNNINGHAM, David E. **Blocking Resolution: How External States Can Prolong Civil Wars**. Journal of Peace Research, vol. 47, no. 2, 2010, pp. 115–27. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25654549> Acesso em: 3 Agosto 2023

DFRLAB. **First Russian mercenary statue in Africa identified in the Central African Republic**. 2021. Disponível em: <https://medium.com/dfrlab/first-russian-mercenary-statue-in-africa-identified-in-the-central-african-republic-55f9d5ac3abd> Acesso em: 5 Outubro 2023

DUNKHAN, Nathalia. **The Central African Republican Crises**. Birmingham, UK: GSDRC, University of Birmingham, 2016. Disponível em: [https://gsdrc.org/wp-content/uploads/2016/05/CAR\\_Jan2016.pdf](https://gsdrc.org/wp-content/uploads/2016/05/CAR_Jan2016.pdf) Acesso em: 5 Outubro 2023

FORBES INDIA. **Top 10 poorest countries in the world by GDP per capita 2023**. Disponível em: <https://www.forbesindia.com/article/explainers/poorest-countries-in-the-world/87529/1> Acesso em 29 Setembro 2023

FATTAL, Rouba. **The Privatization of Peace: Private Military Firms, Conflict Resolution and the Future of NATO**. CEJISS: Issues 2007, Volume 1, Issue 1. Disponível em: <https://www.cejiss.org/the-privatization-of-peace-private-military-firms-conflict-resolution-and-the-future-of-nato> Acesso em: 31 Maio 2023

FAYEMI, Kayode. **In Search of Security: Mercenaries and Conflicts in Africa: An Overview**. 2002. Disponível em: <https://www.slideshare.net/kayodefayemi/in-search-of-security-mercenaries-and-conflicts-in-africa> Acesso em: 21 Agosto 2023



FORSBERG, Erika. Transnational Dimensions of Civil Wars: Clustering, Contagion, and Connectedness. In: MASON, David; MITCHELL, Sara. **What do we know about civil wars**. Estados Unidos: Rowman & Littlefield, 2016. p. 75-92

GUTIÉRREZ, Óscar. **The African laboratory of the Wagner Group: Diamonds, violence and political alliances**. Madri: 2023. Disponível em: <https://english.elpais.com/international/2023-03-23/the-african-laboratory-of-the-wagner-group-diamonds-violence-and-political-alliances.html> Acesso em 18 Agosto 2023

GLEDITSCH, Kristian Skrede; BEARDSLEY, Kyle. **Nosy Neighbors: Third-Party Actors in Central American Conflicts**. The Journal of Conflict Resolution, vol. 48, no. 3, 2004, pp. 379–402. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3176214> Acesso em: 21 Agosto 2023

GLEDITSCH, Kristian Skrede. **Transnational Dimensions of Civil War**. Journal of Peace Research, vol. 44, no. 3, 2007, pp. 293–309. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/27640512> Acesso em: 29 Julho 2023

GODFREY, Richard et al. **The private military industry and neoliberal imperialism: Mapping the terrain**. Organization, 21(1), 106-125. 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1350508412470731> Acesso em: 31 Maio 2023

HRW. **Background: The Varied Causes of Conflict in CAR**. 2007. Disponível em: <https://www.hrw.org/reports/2007/car0907/4.htm> Acesso em: 31 julho 2023

HRW. **Central African Republic: Justice Vital to Peace**. 2019. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2019/02/22/central-african-republic-justice-vital-peace> Acesso em: 24 Julho 2023

ICG. **Central African Republic: Anatomy of a Phantom State**. Report 136, 13 December 2007. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/central-african-republic/central-african-republic-anatomy-phantom-state> Acesso em: 3 Outubro 2023

ICG. **Central African Republic: The Roots of Violence**. Africa Report N°230, Brussels, 21 September 2015. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/central-african-republic/central-african-republic-roots-violence> Acesso em: 24 Julho 2023

ICG. **Making the Central African Republic's Latest Peace Agreement Stick**. Africa Report N°277, Brussels, 18 June 2019. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/central-african-republic-african-union-regional-bodies/making-central-african> Acesso em: 24 Julho 2023

KAM KAH, Henry, **History, External Influence and Political Volatility in the Central African Republic (CAR)**. Journal for the Advancement of Developing Economies. 2014. Volume 3, Issue 1. ISSN:2161-8216. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/jade/5/> Acesso em: 11 Agosto 2023.

LIN, Justin. **Youth Bulge: A Demographic Dividend or a Demographic Bomb in Developing Countries?** 2012. Disponível em:

<https://blogs.worldbank.org/developmenttalk/youth-bulge-a-demographic-dividend-or-a-demographic-bomb-in-developing-countries> Acesso em: 7 Setembro 2023

LOMBARD, Louisa. **A Brief Political History of the Central African Republic**. Hot Spots, Cultural Anthropology website, 2014. Disponível em:

<https://culanth.org/fieldsights/a-brief-political-history-of-the-central-african-republic> Acesso em 17 Julho 2023

MITCHELL, C. R. **Civil Strife and the Involvement of External Parties**. International Studies Quarterly, vol. 14, no. 2, 1970, pp. 166–94. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/3013515> Acesso em: 31 Maio 2023

MUDGE, Lewis. **Referendum Threatens Democracy in Central African Republic**. HRW published in Jeune Afrique, 31 Julho 2023. Disponível em:

<https://www.hrw.org/news/2023/07/31/referendum-threatens-democracy-central-african-republic> Acesso em: 5 Outubro 2023

MURRAY, Elizabeth; SULLIVAN, Rachel. **Central African Republic Struggles to Implement Peace Deal**. USIP, 2019. Disponível em:

<https://www.usip.org/publications/2019/10/central-african-republic-struggles-implement-peace-deal> Acesso em: 24 Julho 2023

RASLER, Karen. **Internationalized Civil War: A Dynamic Analysis of the Syrian Intervention in Lebanon**. The Journal of Conflict Resolution, vol. 27, no. 3, 1983, pp. 421–56. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/173922> Acesso em: 30 Maio 2023

RAUTA, Vladimir. **Proxy agents, auxiliary forces, and sovereign defection: assessing the outcomes of using non-state actors in civil conflicts**. Southeast European and Black Sea Studies, 16:1, 91-111, 2016. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14683857.2016.1148416> Acesso em: 30 Maio 2023

RAYMOND, Gregory A; KEGLEY, Charles W. **Long Cycles and Internationalized Civil War**. The Journal of Politics, vol. 49, no. 2, 1987, pp. 481–99. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/2131310> Acesso em: 30 Maio 2023

SIRADAG, Abdurrahim. **Explaining the Conflict in Central African Republic: Causes and Dynamics**. Epiphany: Journal of Transdisciplinary Studies, Vol. 9, No. 3, (2016).

Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/228860549.pdf> Acesso em: 18 Agosto 2023

UN Geospatial. **Central African Republic**. 2020. Disponível em:

<https://www.un.org/geospatial/content/central-african-republic-0> Acesso em: 25 Outubro 2023.

UNRIC. **O Conflito Silencioso no Coração de África**. 2020. Disponível em:

<https://unic.org/pt/republica-centro-africana-o-conflito-silencioso-no-coracao-de-africa/> Acesso em: 30 Maio 2023